

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.786 - SP (2019/0261219-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MARIA AMELIA PEREIRA CESARIO  
**ADVOGADO** : ÂNGELO AUGUSTO CORRÊA MONTEIRO - SP056388  
**AGRAVADO** : AMPLITUDENET PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET  
LTDA  
**ADVOGADOS** : GLEIDE MARIA LACERDA - SP106488  
WADI ATIQUE - SP269060

### **DESPACHO**

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente